

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAIA  
Setor de Doc. e História Regional  
CAMPINA GRANDE - PB.

-57-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
E GEOGRAFIA

A ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIRRO:  
O CASO MALVINAS (OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA).

POR

ROSILENE ALVES DE MELO

CAMPINA GRANDE - PARAIBA  
AGOSTO/1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CAMPUS II  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
E GEOGRAFIA

A ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIRRO:  
O CASO MALVINAS (OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA).

MONOGRAFIA APRESENTADA PELA ALUNA  
ROSILENE ALVES DE MELO A BANCA  
EXAMINADORA FORMADA PELOS  
PROFESSORES: MARIA DA GUIA SANTOS  
GAREIS (ORIENTADORA), FABIO  
GUTEMBERG RAMOS E MARIA DO SOCORRO  
XAVIER, EM OBTENÇÃO AO GRAU DE  
BACHAREL EM HISTÓRIA.

CAMPINA GRANDE - PARAIBA  
AGOSTO/93



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

**Dedicatória:**

A Maria José e a Rosimary,  
por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Numa certa ocasião, eu afirmei que cada monografia tem sua história de vida, somente agora, ao final de tudo, descobri que inocentemente tinha dito uma verdade. Esta monografia, especificamente, nasceu de um parto extremamente doloroso que somente chegou ao seu final graças à colaboração de muitas pessoas, às quais não poderia deixar de registrar meu mais profundo agradecimento:

- Em primeiro lugar agradeço à minha família pelo apoio e pelo incentivo que recebi ao longo de toda minha vida e, especialmente, neste momento. Sem ela, nada teria sido possível.
- A todos os professores do Departamento de História, indistintamente.
- Aos membros da banca examinadora por aceitarem, **topar** essa parada.
- Aos orientadores e colegas de pesquisa, que ao longo de dois anos, compartilharam do mesmo esforço e da mesma experiência que para mim foi muito gratificante.
- A Rosângela pela revisão dos originais e pelo senso crítico, ao mesmo tempo mordaz e necessário.
- A Conceição Maria França Mesquita que gentilmente me cedeu os originais de 12 entrevistas com moradores das Malvinas, que considero o material mais importante dessa monografia.

- Aos colegas e amigos da turma 89-1 pelas milhares de horas inesquecíveis de aprendizado mútuo e de carinho; não cito os nomes porque a lista é imensa e correria aquele velho risco de omissão, o que é imperdoável.
  
- A Isabel e Marinalva, que vocês saibam que às vezes as palavras são inúteis. Mesmo assim agradeço, além da amizade, por vocês "me deixarem em paz pra escrever e por perceberem quando eu precisava da alegria de vocês para concluir este trabalho".

## SUMARIO

01 - Introdução .....	p. 07
02 - 1.0 CAPITULO I: A Ocupação das Malvinas .....	p. 10
03 - 2.0 CAPITULO II: A Versão Oficial da Ocupação e a Experiência da Organização dos Moradores .....	p. 16
04 - Conclusão .....	p. 27
05 - Fontes Primárias .....	p. 29
06 - Bibliografia .....	p. 30

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a história do processo de ocupação do Conjunto Alvaro Gaudêncio (denominado por seus habitantes de "Malvinas") localizado em Campina Grande, no período compreendido entre 1983 - 1990, referindo-se basicamente à maneira bastante peculiar com que um segmento representativo da população campinense tenta resolver o angustiante problema da falta de moradia e as implicações surgidas desse fato.

Durante dois anos tivemos a oportunidade de pesquisar a história recente dos chamados Movimentos Sociais, mais especificamente a história da Associação de Moradores de Campina Grande nas três últimas décadas, e foi a partir daí que surgiu o interesse por esta temática para ser objeto deste trabalho monográfico. A partir do trabalho de pesquisa, pudemos entrar em contato com a bibliografia produzida sobre essa temática e perceber um aspecto que nos chamou a atenção: grande parte dessas publicações, embora tenham por objetivo refletir sobre as mobilizações populares, acaba por resultar num emaranhado de elaborações conceituais e até de chavões onde, ao final, o que menos se percebe é a ação dos indivíduos, o que se realça é o jogo de categorias. Neste prisma, as experiências de luta dos moradores em busca de uma transformação social ou mesmo da melhoria de suas próprias vidas somam-se às de tantos outros e perdem quase que completamente a sua significação histórica, revelam-se como sendo uma dentre as inúmeras lutas de inúmeros moradores, de inúmeros bairros, etc, etc, etc... Ao se "padronizar" as mobilizações de moradores, elas se tornam aparentemente sem nenhum interesse que mereça os esforços de uma investigação mais profunda ou até mesmo de uma simples monografia. Talvez por esses motivos arriscamos dizer que essa temática é qualificada como um objeto "menor" diante de temas bem mais relevantes para os historiadores, tais como resistência dos operários nas fábricas, resistência escrava, Revoluções, etc. Neste ponto de vista identificamos um equívoco.

Nos últimos anos, sobretudo na última década, e nos referimos apenas à cidade de Campina Grande, os maiores indícios da existência de mobilizações populares não foram encontrados nos partidos nem nas fábricas e sim nos bairros e nas favelas cujos moradores conseguiram reverter qualquer expectativa imaginável de um crescimento urbano racionalizado e ordenado, como bem pretendiam os administradores públicos, pois, como uma forma de resistência das populações de baixa renda que põe em pânico aqueles que acreditam que têm o poder de colocar as pessoas nos locais pré-estabelecidos para o bom andamento da organização urbana.

O que pretendemos mostrar, portanto, é que as novas formas de resistência popular encontram-se também

① OBJETO -  
TEMA

②  
QUE SUSTENTA  
A E PUBLI-  
CAÇÕES SÃO  
ESTAS?

③  
ESSA CRÍTICA  
DEVE SER HE-  
LADA CONTEXTO  
LIZADA, POIS  
HÁ UM CERTO  
TEMPO QUE  
TANTO HISTORI-  
ADORES COMO SO-  
CIOLOGOS JÁ  
REDEFINIRAM  
...

PARTE  
ES  
MAI  
CLASSIFIC

? }

nas ruas... nas casas, nas conversas das vizinhas, reclamando que não tinham onde morar, que não podiam mais pagar os aluguéis enquanto milhares de casas permaneciam desocupadas e abandonadas. Daí, provavelmente, deve ter surgido a pergunta: "que tal ocupar aquelas casinhas ali?"

MIK  
ELABORADO

Dessa forma, aparentemente tão simples, se deu o maior movimento popular ocorrido em Campina Grande nas últimas décadas. A ocupação do conjunto habitacional conhecido como "Malvinas" expôs para a sociedade paraibana um dos mais intensos reflexos do estado de miséria em que se encontrava grande parte da população da cidade, que contribuía com seu trabalho para a construção de casas, mas que não tinham condições de habitá-las.

Entretanto, apesar dessa ocupação não ter sido inédita, no sentido de que vários terrenos já haviam sido anteriormente ocupados em Campina Grande, acreditamos que essa história tem suas peculiaridades que não podem ser apenas analisadas como mais uma dentre as demais ocupações, nem supomos que a organização desses moradores é estritamente idêntica às formas utilizadas pelos moradores de outros bairros e reduzir todas essas experiências sob uma categoria de análise teórica.

Acreditamos que poderemos mostrar a história dessa ocupação e da subsequente organização de seus agentes de uma maneira mais rica; para tanto, tomaremos como eixo central da narrativa o depoimento e o ponto de vista daquelas pessoas que cotidianamente contribuíram para que essa história existisse. Neste sentido, acreditamos poder contribuir com a literatura anteriormente produzida sobre o tema, ao acrescentar-lhes as experiências **individuais**, diferenciando-se, portanto, das narrativas que excluem e ocultam as vivências dos agentes históricos.

3.1  
IDÉIA INTERESSANTE, MAS NÃO REALIZADA - EFETIVADA

Assim sendo, inicialmente pretendemos contar como se deu o processo de ocupação das "Malvinas" utilizando tanto as reportagens veiculadas pelos jornais, como nos deteremos principalmente na maneira como os ocupantes rememoram os primeiros momentos da ocupação e nas motivações que os levaram a tomar tal iniciativa. Em contrapartida, tentaremos mostrar a maneira arbitrária com que os poderes públicos enfrentaram a questão da ocupação do Conjunto, utilizando-se de todos os meios possíveis para expulsar os ocupantes; ao mesmo tempo, enfocaremos as primeiras formas de resistência popular à expulsão e o processo de organização dos ocupantes que resultou na formação da Associação de Moradores. Neste sentido, não poderíamos deixar de mostrar a luta obstinada dos moradores das Malvinas, através da Associação, pela permanência nas casas. Finalmente, utilizando-se mais uma vez do depoimento dos ocupantes, ressaltaremos a importância da ocupação das Malvinas como uma experiência que, além de pôr em questão o problema habitacional em Campina Grande, foi na verdade, uma experiência intensamente gratificante para os que dela participaram, apesar de todo o sofrimento que certamente lhes custou.

1? (4)  
DISCURSO DE MILITANTE  
SÍNTESE POR CAPÍTULOS

Esperamos, pois, contribuir de alguma maneira

com este trabalho para que essa experiência recente de organização e resistência popular não caia no esquecimento nem que se subestime o potencial de mobilização das Associações de Moradores de Campina Grande, já que os problemas que as motivam - no caso específico, a falta de moradias - infelizmente têm resistido ao longo dos anos e, portanto, ainda precisam ser discutidos, ou melhor, resolvidos.

} ?  
o

1.0 CAPITULO I  
A OCUPAÇÃO DAS MALVINAS

## A OCUPAÇÃO DAS MALVINAS

O conjunto habitacional "Alvaro Gaudêncio de Queiroz", localizado próximo ao bairro de Bodocongó, teve a sua construção iniciada no ano de 1981. Com um total de 3.050 casas, o conjunto era construído e administrado pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), contando com o financiamento do BNH (Banco Nacional de Habitação)<sup>1</sup> visando diminuir o déficit habitacional de Campina Grande. A cidade, especialmente no final dos anos 70 e início da década de 80, enfrentava uma grave crise sócio-econômica, cujos reflexos imediatos recaíram sobre a população de baixa-renda que se espelhava principalmente na falta de moradias e na proliferação de favelas e cortiços. Para se ter uma idéia do problema da habitação popular em Campina Grande, naquele momento, somente para o conjunto habitacional "Alvaro Gaudêncio", a CEHAP inscreveu 16.000 pessoas<sup>2</sup> e a demanda existente em toda a cidade estava na ordem de 20.000 residências, sobretudo aquelas destinadas à população de baixa-renda<sup>3</sup>.

Após a construção das casas e das demais instalações comunitárias (creches, posto policial, escola, postos de saúde), as obras ficaram paralisadas por mais de um ano, sem que fosse instalada a infra-estrutura básica (iluminação, saneamento, calçamento etc.), inclusive, em função do abandono, várias casas já se encontravam deterioradas. As empresas responsáveis pela instalação desses serviços (CELB e CAGEPA de um lado, e CEHAP do outro), se acusavam mutuamente como responsáveis pelo atraso das obras. Durante este período, não se observou qualquer medida por parte do Governo do Estado, no sentido de solucionar o problema, fato este que contribuiu para aumentar a insatisfação da população dos "sem-teto" frente a esta situação, pois eram obrigados a pagar aluguéis sem vislumbrar qualquer possibilidade concreta de obterem as casas a curto prazo.

Em resposta ao descaso com que o problema da falta de moradias era tratado pelos órgãos públicos e, principalmente, pela própria necessidade de moradias, uma parte da população reagiu, de certa forma, surpreendentemente. Na madrugada do dia 23 de março de 1983, cerca de 3.000 famílias realizam a maior ocupação de moradias até então registrada na Paraíba; num período

---

1. Diário da Borborema, 27-03-1983 - Campina Grande-Pb.

2. Idem, Ibidem.

3. Iranise Alves da Silva. *A Crise da Moradia*, p. 65.

de três dias praticamente todas as casas já estavam ocupadas, sem que ninguém pudesse detê-las. As pessoas vinham de todos os locais da cidade, trazendo móveis e utensílios domésticos, mesmo sabendo que o conjunto não dispunha de água nem de energia elétrica e que muitas casas necessitavam de recuperação.

Dada à quantidade de pessoas e a rapidez com que o conjunto foi ocupado se transmitiu a idéia de que a ocupação tinha sido planejada anteriormente, o que veremos em seguida ser uma opinião até certo ponto infundada. Também é importante verificar que os primeiros ocupantes do conjunto são desconhecidos, como é desconhecida a autoria da idéia inicial da ocupação.

Certamente um aspecto não muito observado a este respeito, e que conseguimos descobrir a partir do depoimento de cerca de quinze ocupantes<sup>4</sup>, foi o papel desempenhado pelas mulheres anônimas, "donas-de-casa", que contribuíam em grande parte para que a ocupação se realizasse tão intensamente. A maior parte dos depoimentos que obtivemos dão conta de que as mulheres foram as primeiras a ficarem sabendo que estava se dando uma ocupação no Conjunto Alvaro Gaudêncio; elas sabiam dessa notícia através do rádio, da televisão e na maior parte das vezes através de suas "comadres" e vizinhas. Em seguida, após saberem da ocupação, a reação inicial era constatar que as famílias já não podiam pagar mais aluguel e que não suportariam continuar a viver em cortiços e favelas. É interessante percebermos, segundo a fala desses ocupantes, que a possibilidade que se avizinhava de conquistar uma casa aumentava a consciência da situação de miséria em que viviam e, ao mesmo tempo, do direito que tinham a uma moradia, o que os levou a romper com o medo e decidirem ocupar o conjunto.

Vejamos como os relatos em seguida nos mostram estes aspectos:

*"(...) no segundo dia de ocupação eu fui procurada por uma comadre que (um) mandava (em) recado prá vir ocupar uma casa no conjunto e eu manzanzei, manzanzei, com escrúpulo de ocupar o que não era meu e no final da tarde do sábado, dia 26 de março de 1983, a minha comadre chegava na minha casa e me trazia de qualquer jeito".<sup>5</sup>*

*"Eu estava em casa assistindo televisão aí deu que as Malvinas ia ser invadida, aí então eu saí de porta em porta e arrumei umas cem pessoas".<sup>6</sup>*

---

4. Todos os depoimentos de moradores e líderes das Malvinas citados em seguida foram obtidos em entrevistas realizadas por Conceição Maria França Mesquita, moradora e líder comunitária das Malvinas durante o mês de março de 1992.

5. Rivonize Lima Araújo.

6. Severina Sousa da Silva.

"Minha cunhada Deusalina chegou e falou: Lúcia, tão invadindo as Malvinas, deu no programa de Zé Bezerra hoje de manhã e eu ouvi agora novamente, a gente podia ir até lá pra tentar adquirir uma casa. Aí Lúcia chegou e disse: Pedro, vamos lá nas Malvinas, não era Malvinas nessa época que a gente chamava, lá no conjunto, tão invadindo o conjunto lá em cima, um conjunto novo. Aí eu fiquei assim pensando, digo, vou nada. E Lúcia disse: eu vou sozinha. Aí quando vi Lúcia se animar pra vir digo: sabe de uma coisa, deixar a mulher ir sozinha é demais né. Aí eu cheguei e digo: eu decidi, vamos até lá".<sup>7</sup>

"Foi incrível né, eu estou na rua, eu estou sabendo, estou trabalhando fazendo unha e ligo o radinho que levo comigo e eu ouvi que o conjunto aqui que eu não me lembro bem se era o conjunto de Bodocongó, acredito que sim, que estava sendo ocupado mas eu não acreditei. Trabalhando e tal e à noite eu chegando em casa encontrei agonia muito forte, todo mundo assim correndo, aí minha menina falou que estavam ocupando e oito horas da noite eu digo: eu vou lá. Corri e vim pra cá né".<sup>8</sup>

"(...) Eu estava na feirinha de Santa Rosa, a mulher pegou os troços e veio prá qui. Quando foi me avisar era depois de meio dia".<sup>9</sup>

Nos momentos iniciais da ocupação, como pudemos observar, as mulheres demonstraram muita coragem e uma disposição de luta pelas casas que a maioria dos "chefes" de família demonstravam não dispor. Elas foram responsáveis, em grande parte, pela propagação da notícia da ocupação; o que os funcionários da CEHAP e do Governo do Estado atribuíam a uma ação organizada por militantes de partidos de esquerda para desestabilizar o governo de Wilson Braga, na verdade se difundiu "de boca em boca" nas fofocas entre comadres, além, é claro, da real necessidade de moradia.

DISCUTIR  
ESSA IDÉIA

- 
7. Pedro Antônio dos Santos.
  8. Lindalva Justino Silva.
  9. Clóvis Barbosa de Lima.

Poucos dias após a ocupação do conjunto, cerca de quarenta e sete entidades representativas da sociedade civil de Campina Grande se reúnem na sede da Comissão de Justiça e Paz da Diocese da cidade, dentre elas, o Partido dos Trabalhadores, Associação de Moradores, entidades estudantis que passam a formar o "Comitê de Apoio aos Ocupantes" cujo objetivo era dar assessoria jurídica aos ocupantes, intervir junto ao governo do Estado para tentar solucionar o problema e, acima de tudo, prestar solidariedade aos moradores e sensibilizar a opinião pública campinense para apoiá-los.

O Comitê de Apoio realizou, pouco tempo após a ocupação, uma pesquisa entre os ocupantes do conjunto cujos resultados nos dão uma idéia aproximada do perfil sócio-econômico daquela população. A pesquisa coletou 308 questionários (na época representava um universo de 10% das famílias residentes) que abordavam principalmente o nível de renda, ocupação profissional e origem dos ocupantes. Os resultados da pesquisa nos mostram o seguinte: 25% das pessoas recebiam menos de um salário mínimo; 55% das famílias recebiam entre um e dois salários mínimos e 1% não tinha sequer renda familiar. No que se refere à profissão, se concluiu que 15% eram operários da construção civil, 10% motoristas, 8% vendedores ambulantes e 4% empregadas domésticas. Entretanto, 50% tinham as mais diversas profissões, tais como: comerciários, professores, marceneiros, eletricitistas, manicures, vigilantes etc. O que pudemos observar através desses dados é que o nível de renda daquela população era realmente muito baixo, o que não permitia o acesso à casa própria fora dos programas habitacionais do governo, nem tampouco o pagamento de aluguéis. Não lhes restava outra alternativa senão lutar pelo direito à moradia; no caso em questão, essa luta passou necessariamente pela ocupação coletiva do conjunto. Daí o reconhecimento de que embora algumas pessoas tenham participado da ocupação com o único objetivo de comercializar posteriormente as casas, a grande maioria era constituída de famílias carentes que não tinham onde morar.

A despeito da legitimidade das reivindicações dos ocupantes, a contrapartida do Estado à ocupação, no entanto, foi imediata e caracterizada por uma extrema violência. Tentando convencer aquela população a desocupar as casas imediatamente, o Governo do Estado enviou um grande contingente de policiais para reprimir o movimento. Sem obter sucesso, pois os ocupantes se mostraram irredutíveis, a Polícia Militar recebeu ordens da Secretaria de Segurança Pública do Estado para cercar todo o conjunto, impedindo que qualquer pessoa entrasse ou saísse; até mesmo a imprensa foi impedida de registrar o que acontecia lá dentro, sobretudo por causa dos espancamentos e prisões que ocorreram nos primeiros dias. O cerco dos policiais barrava a entrada de alimentos, água, transporte coletivo, levando os ocupantes ao desespero e provocando a indignação até da opinião pública da cidade, evidenciada em reportagem nos

ESSA INFORMACAO  
EM CERTO SENTI-  
DO PODE SER  
CONFRONTADA  
COM A DO PERI-  
GRÁFO ANTERIOR

O DISCURSO  
MILITAR

jornais. Foi a partir de verdadeiro clima de guerra que se instalou no conjunto que aquela área recebeu o apelido de "Malvinas", nome este reconhecido por todos os moradores, e até pela própria população da cidade, em função da guerra entre Argentina e Inglaterra.

*"O nome de Malvinas eu acho que tinha acontecido bem próximo aquela luta das Malvinas da Inglaterra com Argentina, né. O povo quando viu aqueles policiais, tudo cercado de polícia né, prá gente não poder sair, arredar o pé pra passar numa cerca desse arame aí que eu acho que de dez em dez metros tinha um policial, acho que foi um dos motivos principais do povo dizer assim: é tanto soldado; que o povo olhou assim e disseram: isso é uma batalha, uma batalha né e lembraram das Malvinas que tinha acontecido há pouco tempo".<sup>10</sup>*

A primeira vista, e é o que a documentação dos jornais nos evidencia, a ocupação das Malvinas se deu sob forte confronto entre os policiais e os ocupantes. Reconhecemos isto. No entanto, os depoimentos de alguns ocupantes aqui e ali deixam escapar um aspecto surpreendente: a colaboração de muitos policiais no processo de ocupação. Nos parece que em determinados momentos havia uma identificação entre o drama dos ocupantes e os policiais que pareciam compreender aquela situação. Diante disto, muitos faziam "vista grossa" e permitiam que os ocupantes passassem por debaixo das cercas, e havia até um setor no conjunto por onde passava um riacho que os ocupantes atravessavam sem serem interpelados pela polícia. Sob o clima de guerra que se instalou com a presença da força repressora havia também espaço para concessões; o que não se percebe quando analisamos essa questão sob o ponto de vista dos jornais nem tampouco dos membros da Associação dos Moradores. Segundo a fala dos ocupantes, percebe-se que havia algumas concessões por parte dos repressores bem maiores do que poderíamos à primeira vista supor, mesmo porque era impossível controlar totalmente os ocupantes por estarem em número maior que os policiais e a própria extensão do conjunto facilitava a entrada de pessoas sem que fossem vistas. Além disso nos parece que nenhuma força seria suficiente para detê-los.

*"O policial, ele até de certa forma deve ter se tocado com a situação porque todo mundo fazia aquela lástima, contava aquela história, que não tinha casa, que era uma vida sofrida e a gente sentiu que ele deu um pouco às costas né, pra facilitar".<sup>11</sup>*

10. Pedro Antônio dos Santos.

11. Maria de Souza Farias.

"Quando eu vou entrando lá por dentro de uma roça, lá arrodando muito prá entrar encontrei um policial já dentro. Prá onde você vai? Aí eu digo: eu vou entrar aí, vou ver se consigo uma casa pra mim também. Ele disse: você não vai entrar. Eu digo: mas que efeito faz um a mais um a menos e levei ele na brincadeira e consegui entrar né".<sup>12</sup>

"(...) Eu chegando lá tava arrodado de policia, nem entrava nem saía. Eu sei que eu chorei muito, pedi a um e a outro até que teve um filho de Deus que compreendeu e disse: passe por aquele buraco mas não diga ao comandante que eu fiz que não vi".<sup>13</sup>

---

12. Lindalva Justino Silva.

13. Marlene Lima Serafim.

2.0 CAPITULO II

A VERSAO OFICIAL DA OCUPAÇÃO  
E A EXPERIENCIA DA ORGANIZAÇÃO  
DOS MORADORES

## A VERSÃO OFICIAL DA OCUPAÇÃO E A EXPERIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

Além da pressão efetiva da polícia, os ocupantes do Conjunto Alvaro Gaudêncio tiveram que enfrentar as ameaças de despejo constantemente enfatizada pelo então secretário de Saneamento e Habitação, Enivaldo Ribeiro, que além disto, ainda tentava argumentar em favor do Governo do Estado e colocar toda a responsabilidade daquela situação exclusivamente nos ocupantes.

*"Tenho certeza de que esta invasão registrou-se por conta de orientação de pessoas interessadas em perturbar o bom andamento do governo Wilson Braga, contudo ele é um líder muito preocupado com os problemas da coletividade e na certa uma solução será encontrada para a questão".<sup>14</sup>*

A mesma opinião era compartilhada pelo Secretário de Segurança Pública do Estado, Fernando Milanez, que autorizou a repressão policial aos ocupantes e ameaçava puni-los "na forma da lei". Quando indagado pelo jornal Diário da Borborema sobre a presença de policiais entre os que ocupavam casas, o Secretário esquivou-se a respeito de possíveis punições aos seus subordinados e, ironicamente, afirmou que "eles, como qualquer outra pessoa, têm direito de ter uma casa para morar".<sup>15</sup>

O que o Secretário de Saneamento e Habitação, Enivaldo Ribeiro, juntamente com o presidente da CEHAP, Francisco Arnaud, passou a vislumbrar como única solução para a questão era a retirada completa dos ocupantes - tanto dos que não estavam inscritos legalmente na CEHAP, quanto dos inscritos - condição essa que, a princípio, a população do conjunto considerou inaceitável.

Após alguns dias da ocupação novas tentativas de remoção da população foram empreendidas. Inicialmente, foram feitas promessas aos ocupantes de que haveria financiamento através do Programa PROMORAR para a construção de um novo conjunto habitacional

---

14. Diário da Borborema, 29-03-1983.

15. Idem.

destinado aos ocupantes cuja renda não fosse suficiente para pagar as prestações das casas ou mesmo para os ocupantes que não fossem inscritos na CEHAP. Para convencê-los mais eficazmente das vantagens auferidas pelos ocupantes, caso cedessem às promessas da CEHAP, a Secretaria de Saneamento e Habitação enviou várias assistentes sociais ao conjunto. Além disto, o Secretário Enivaldo Ribeiro passou a afirmar que a cidade de Campina Grande, em função da ocupação do Conjunto "Alvaro Gaudêncio", iria perder todos os recursos destinados pelo BNH para a construção de futuros conjuntos habitacionais. Percebe-se claramente aqui a flagrante contradição em que as autoridades do Estado incorriam, ao tentarem desesperadamente resolver a situação com promessas e ameaças falsas.

Posteriormente, a nova argumentação da CEHAP e do Governo do Estado era a de que o conjunto estava necessitando da infra-estrutura esquecida ao longo de anos, mas cujos serviços somente poderiam ser iniciados com a completa retirada das famílias, argumentação que novamente não encontrou resposta junto à população ocupante. ?

A estratégia aparentemente mais eficaz passou a ser esquematizada quando a CEHAP deu início a um cadastramento de todos os ocupantes, obrigados a preencher formulários contendo informações a respeito da renda familiar, número de filhos, condições das moradias anteriores, dentre outras. O objetivo era dar subsídios mais eficazes para que a CEHAP pudesse efetivamente desocupar o conjunto por meio da imposição de condições aos moradores que eles não pudessem atingir. Logo após esse levantamento, os preços das mensalidades foram imediatamente majorados, de modo que a maior parte das famílias não pudessem arcar com os valores estipulados, o que de fato aconteceu. De acordo com a tabela de preços determinada pela CEHAP a menor casa do Conjunto "Alvaro Gaudêncio" (com um quarto e sem terraço) ficou com uma prestação mensal de Cr\$ 8.792,00 e o mutuário era obrigado a ter uma renda mínima mensal de Cr\$ 35.178,00, quando o salário mínimo estipulado para a região era de Cr\$ 20.000,00<sup>14</sup>, ou seja, a grande maioria da população de baixa-renda não teria acesso à casa mais simples do Conjunto. Neste sentido, se chegava à compreensão de que o objetivo do Estado era o de criar obstáculos para os ocupantes numa atitude, na prática, totalmente contrária aos supostos interesses de uma companhia criada para resolver o problema da habitação popular. A evidência da intransigência da CEHAP neste caso está no fato de que, de acordo com o próprio levantamento, apenas 40% dos ocupantes se enquadravam nas regras pré-estabelecidas pela Companhia, o que inviabilizava uma solução completa para o problema.

Todas as alternativas encontradas pelos poderes públicos resultavam na expulsão da maior parte dos ocupantes, principalmente daqueles com menor renda, ou seja, daqueles mais necessitados de uma moradia; rapidamente os ocupantes perceberam, enfim, o significado da "solução" proposta pelo Estado, como atestam os depoimentos seguintes:

*"Estão querendo fazer com que os invasores desistam da invasão, contudo, acho muito difícil isso acontecer."*<sup>17</sup>

*"Agora que estou aqui, sou franca em dizer que não posso pagar a mensalidade exigida pela CEHAP, mas adianto que não sairei da casa, pois não tenho onde ficar."*<sup>18</sup>

Praticamente todos os depoimentos a que tivemos acesso nos revelam que, naquele momento, a possibilidade vislumbrada por aquelas pessoas, em sua maioria de baixíssima renda, de ter uma casa própria despertou nelas a consciência de que não podiam mais pagar aluguel nem viver em cortiços, quartos, favelas etc. A necessidade acabou por vencer o medo de violar a propriedade alheia, no entanto, o medo permaneceu como um fantasma assombrando as casas. O medo da polícia, do Governador, do vizinho, da fome, do escuro, da CEHAP, das ameaças de despejo e, principalmente, de ficar novamente sem casa depois de ter experimentado o "gostinho" de ter onde morar.

*"(...)Tem uma vizinha de baixo que com quase quinze dias foi que eu vi o rosto de Jane, de tanto que ela ficava lá FECHADA com medo, como eu, tudo trancado."*<sup>19</sup>

Na Semana Santa, logo após a ocupação, os moradores receberam como prova da solidariedade da Igreja Católica a realização de uma missa no conjunto, que somente pôde ser concretizada após muita luta dos moradores, já que a Polícia pretendia impedi-la. Nessa ocasião, mas de 2.000 pessoas aproveitaram o ensejo para seguirem em passeata até a Câmara de Vereadores e solicitar a imediata suspensão do esquema repressivo sobre a população, bem como solução para a falta d'água e de energia. Neste mesmo dia, os ocupantes conseguiram a liberação do conjunto para entrada e saída; além disto, realizou-se uma grande assembléia com a presença maciça de ocupantes bem como do Comitê de Apoio. Durante esta assembléia foi eleita uma comissão de ocupantes,

---

17. Diário da Borborema, 30-03-1983.

18. Idem.

19. Maria de Souza Farias.

chamada Comissão Pró-Associação, que ficou responsável pela direção do processo de resistência dos ocupantes; foi a partir dessa Comissão que se criou, posteriormente, a Associação de Moradores das Malvinas.

A estratégia adotada a partir de então era a de manter e solidificar os laços de solidariedade entre os moradores através da discussão dos problemas comuns a todos e das possíveis soluções a serem encaminhadas. Criou-se no Conjunto um "clima" de assembléia permanente que amadureceu quando os ocupantes sentiram a necessidade de estarem sempre informados da luta da Comissão Pró-Associação. Em virtude do grande número de ocupantes, da extensa área do Conjunto e da própria inviabilidade de realização de assembléias com a freqüência desejada, os ocupantes adotaram a prática, até então inédita no movimento comunitário de Campina Grande, de um "sistema" rotativo de reuniões de quadra. Cada morador que desejasse que fosse realizada uma reunião em sua casa deveria comunicar-se com os membros da Comissão Pró-Associação, que realizariam a reunião com os moradores da referida quadra para que fossem informados das providências tomadas pela direção do movimento. Essa estratégia permitiu a identificação crescente entre os moradores e a direção da Comissão porque eram feitos informes, discutidos os problemas imediatos e ouvidas as sugestões que eram posteriormente encaminhadas à direção da Comissão.

Dentro desse trabalho da Comissão destacou-se a figura de Rivonise Araújo como incontestavelmente a liderança mais respeitada do Conjunto; em função de sua coragem para enfrentar as adversidades e autoridades ela obteve um enorme respeito por parte da população das Malvinas que permanece até hoje. Sob sua liderança a Comissão se transformou na Associação de Moradores, registrada em Cartório, com estatuto próprio e eleições regulares nas quais seu nome constava em primeiro lugar nas chapas, sempre obtendo a unanimidade da votação. O perfil adotado pela Associação das Malvinas se caracterizava por uma intensa autonomia frente ao Estado respaldada pela população do Conjunto que, em sua maioria, se opunha à política de segregação levada a efeito pela Prefeitura, pelo Estado e pela maioria dos partidos políticos. É importante registrarmos um dado essencial dessa questão: é o fato de que essa Associação de Moradores foi uma das poucas criadas com um objetivo específico que era o de concretizar o processo de ocupação e isso lhe confere um perfil relativamente distinto das demais SAB'S da cidade, já que ela se originou a partir de um confronto direto com o Estado, ao contrário da maior parte das SAB'S de Campina e da própria UCES, que funcionaram durante muitos anos como secções da Prefeitura Municipal, numa relação marcada pela cooperação mútua e pela pouca autonomia das Associações. É bem verdade que quando tivemos a oportunidade de examinar o arquivo dessa Associação, sobretudo as atas das reuniões de diretoria, pudemos perceber algumas divergências dentro do movimento, principalmente no sentido de que alguns líderes queriam

dar àquela luta um caráter radical e viam no processo que se desenvolvia nas Malvinas um "modelo" para a reversão das relações entre a população e os "poderosos". Outros acreditavam que o papel da Associação era "conscientizar" os moradores dos seus direitos, dar-lhes total assistência, inclusive assistência jurídica, e tentar conquistar melhorias para o conjunto a partir da organização e mobilização dos moradores no sentido de pressionar os responsáveis pela questão da moradia popular no Estado.

Após um ano da ocupação das Malvinas, foi eleita a diretoria provisória da Associação da cidade, }? que apesar de ser registrada e ter uma estrutura de funcionamento basicamente semelhante às demais associações da cidade, tinha uma postura bastante crítica em relação ao movimento comunitário campinense. Esse ceticismo se dirigia à UCES; a Associação das Malvinas nunca filiou-se àquela entidade pois seus dirigentes acusavam a UCES de estar completamente submetida aos poderes públicos. Quando iniciamos essa pesquisa procuramos obter informações sobre as Malvinas na sede da UCES e os dirigentes daquela entidade responderam que nada sabiam sobre as Malvinas e se negaram até mesmo a falar sobre assunto. Segundo o vice-presidente da primeira gestão da Associação, Adigelson Cavalcante, a entidade tinha por objetivo dar prosseguimento à luta pelo bem-estar dos moradores e ressaltou que esta luta estava desvinculada de interesses políticos ou partidários. Embora saibamos que havia uma estreita ligação entre o Partido dos Trabalhadores, os ocupantes das Malvinas e os dirigentes da Associação; estes por diversas vezes tentavam desvincular as atividades daquela comunidade de qualquer atividade partidária. Nos parece que o reconhecimento de uma influência partidária sobre o movimento teria um caráter extremamente negativo pois observamos que, a nível de discurso, a autonomia dos moradores até mesmo em relação ao Partido dos Trabalhadores é continuamente evocada. Essa característica está presente não somente no processo ocorrido em Campina como também se observa em outras experiências de movimentos populares. Tilman Evers desenvolve a esse respeito a seguinte reflexão:

*"Talvez uma indicação quanto à essência desses movimentos esteja precisamente em seu empenho marcante em definir a si próprios como novos e diferentes em relação à política tradicional, e em se colocarem como fundadores e guardiões de suas próprias tradições e experiências sociais".<sup>20</sup>*

Um aspecto peculiar é notarmos que, do ponto de vista desses moradores, a ausência de partidos políticos adquiriu um valor positivo, ao contrário do

---

20. EVERS, Tilman. *Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais*, p. 12.

que geralmente pensa uma grande parcela dos intelectuais que desqualificam as manifestações populares que não possuam um perfil partidário, rotulando-as de espontaneístas e primitivas, já que a verdadeira mobilização popular, segundo se acreditava, teria que ter necessariamente uma vanguarda partidária e pensante, concepções essas bastante questionadas pelo próprio processo histórico recente.

Observamos também que principalmente os jornais campinenses consultados se colocam radicalmente contrários à participação de militantes partidários nas SAB's, acusando-os de tentarem cooptar o movimento comunitário e transformar os dirigentes das SAB's em cabos eleitorais. Talvez pudéssemos afirmar que esta oposição à presença de partidos políticos nas SAB's por parte da imprensa se deve ao fato de que maior parte das SAB's, segundo constatamos através de pesquisa, são fortemente influenciadas por partidos de esquerda. Por outro lado, não se observam críticas às SAB's que são apoiadas por partidos ou grupos ligados ao governo estadual e municipal (como é o caso da própria UCES) nem mesmo oposição à influência da Igreja Católica, presente nas SAB's desde os anos 60. É interessante observar que alguns líderes comunitários tentam em todas as oportunidades se defender dessas críticas, negando qualquer influência de partidos em suas entidades, mesmo quando ela é nitidamente perceptível. Embora outros tenham um ponto de vista contrário a este, entendendo que os movimentos sociais urbanos somente adquirem relevância à medida em que se associam à prática partidária, conferindo ao movimento de bairro um caráter mais geral, digamos assim, uma postura mais teleológica, como atesta o depoimento de um dirigente de SAB:

*"O partido político é a instância máxima para a transformação de uma sociedade. Por isso, não devemos estranhar que algumas SAB's se encaminhem e se identifiquem com algum partido político, assim como outras entidades, sindicatos, por exemplo. Chega um momento em que você percebe que a SAB é muito pouco para transformar a sociedade, então você parte para algo maior."<sup>21</sup>*

A criação da Associação de Moradores foi, na verdade, um reconhecimento, que poderíamos dizer formal, de uma mobilização existente desde a ocupação do Conjunto e, ao mesmo tempo, o início de uma longa e exaustiva luta pela conquista da moradia e pela transformação daquele conjunto num local habitável. Seguiram-se, portanto, anos de reivindicações e pressões junto ao Governo do Estado, à CEHAP, à CAGEPA, à CELB e

---

21. Wanderley Medeiros de Oliveira, em entrevista à Leônidas Mendes de Araújo, em 14-10-1992.

à Prefeitura Municipal, no sentido de equipar o conjunto com condições básicas, tais como: energia, transporte, água etc. A partir dessa realidade, ou seja, a ausência de infra-estrutura no conjunto, a Associação de Moradores é obrigada a manter um relacionamento constante com os órgãos públicos municipais e estaduais, caracterizado por um forte enfrentamento, onde o Estado se colocava, na maior parte das vezes, em oposição aos interesses dos moradores. Daí em diante, a Associação passou à prática quase cotidiana de enviar ofícios, abaixo-assinados, cartas-abertas, requerimentos etc., para as diversas repartições da administração pública, solicitando o atendimento às reivindicações dos moradores daquele conjunto.

Sem dúvida, apesar de todos os mecanismos adotados inicialmente pela população para permanecer nas casas, a maior luta travada ao longo desses anos foi contra a CEHAP, já conhecida como a "Guerra dos Carnês". Se a maior parte dos moradores conseguiu atravessar vários anos sem efetuar nenhum pagamento à Companhia, foi porque a Associação soube se armar com munições bem eficazes na medida em que deu um caráter jurídico à questão. Acreditamos que foi também por este motivo que a Associação conseguiu demonstrar toda uma série de arbitrariedades cometidas pelos responsáveis pela construção do Conjunto, principalmente o fato de que, como constava no projeto inicial, o Conjunto Habitacional "Alvaro Gaudêncio" teria mais de 4.000 casas, áreas de lazer, feira-livre, completa infra-estrutura, além de uma série de equipamentos comunitários que não foram construídos. Mesmo assim, a CEHAP alegava falta de verbas para terminar as obras. A partir da luta jurídica levada adiante pela Associação com o apoio de advogados empenhados em resolver o problema é que se "levantou o véu" que pairava sobre esse enigma, quando se descobriu que, afinal, o dinheiro necessário ao término do Conjunto tinha sido desviado para campanhas políticas ligadas ao Governo do Estado. Essa é a versão reiterada várias vezes pelos dirigentes da Associação. E mais, segundo o ponto de vista da Associação, foi por causa do desvio de verbas que os dirigentes da CEHAP confeccionaram os carnês de pagamento ilegais, para que os moradores pagassem com esse dinheiro a conclusão das obras, já que não era possível solicitar um volume maior de verbas junto ao BNH. E esse entendimento da questão foi exaustivamente informado a todos os moradores do Conjunto<sup>22</sup> nas reuniões de quadra e, aos poucos, os moradores foram sendo convencidos da veracidade dessa versão, mesmo

---

22. "(...)Ocorre que a verba destinada à infra-estrutura do nosso Conjunto foi desviada e roubada durante a campanha eleitoral de 1982. Muitos são os que provam isto, inclusive políticos de nossa cidade." CARTA ENVIADA PELA ASSOCIAÇÃO AO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, em 01-07-1985.

porque estes carnês eram realmente ilegais<sup>23</sup> e aqueles que efetuaram o pagamento apenas perderam o dinheiro. A ilegalidade dos carnês estava espelhada até na sua confecção, uma vez que neles não constava o nome do mutuário, nem tampouco o BNH, que era o agente financeiro da obra, tinha conhecimento deles. A decisão dos moradores de somente pagar as prestações quando fossem assinados os contratos com a CEHAP, ao mesmo tempo em que garantiu a efetiva posse das casas pelos ocupantes ao longo de muitos anos, trouxe algumas conseqüências negativas, como por exemplo, a demora proposital da CEHAP em concluir a infra-estrutura, e serviu de álibi para que a Prefeitura Municipal justificasse o total abandono do Conjunto. Na realidade, este tipo de retaliação da administração municipal tinha por objetivo pressionar a Associação para que esta se deixasse influenciar pelo esquema político da Prefeitura. A resistência da Associação à tentativa de cooptação levada a efeito pela Prefeitura em praticamente todas as SAB's da cidade teve como resposta inúmeras pressões, no sentido de dividir os moradores das Malvinas.

A Prefeitura Municipal passou a adotar uma nova estratégia junto aos movimentos sociais na cidade, que era a de tentar amenizar os conflitos entre moradores e os poderes públicos através da cooptação dos líderes comunitários, sobretudo a partir da gestão Ronaldo Cunha Lima, em 1982. Foram oferecidos terrenos para construção de sedes de SAB's, além de empregos na Prefeitura Municipal, visando quebrar a resistência das organizações de moradores. A Associação dos Moradores das Malvinas, no entanto, sempre teve uma postura bastante crítica à política praticada pela Prefeitura Municipal em relação aos movimentos sociais da cidade e seus líderes rechaçavam as várias tentativas de desmobilização dos "malvinenses". Por conta da oposição que os moradores das Malvinas faziam ao tratamento que os poderes públicos lhes dispensava, o Conjunto "Alvaro Gaudêncio" sofreu forte retaliação por parte da administração municipal e estadual. Em várias ocasiões, os dirigentes da Associação reclamaram junto à imprensa e aos próprios órgãos da administração do descaso em relação às Malvinas. As Malvinas foi, durante muitos anos, uma área totalmente esquecida pela Prefeitura e pelo Governo do Estado, que nada fizeram para aliviar o drama dos moradores ou mesmo para concluir as obras previstas no projeto inicial do conjunto. Como os moradores das Malvinas nunca se subordinaram à vontade dos governantes, recebiam por parte destes o desprezo e o abandono. Cada conquista adquirida para as Malvinas (água, luz, transporte, saneamento etc.) somente pôde

---

23. "Aqui nada é legal. Só é legal a ocupação do conjunto porque o direito à moradia é elementar a todo cidadão." Ryonise Araújo, em reunião de quadra no dia 04-03-1985.

existir em função de uma grande luta dos seus moradores e daqueles que faziam a Associação:

*"(...)E depois disso teve uma luta bonita com os moradores, com muito medo e com muita resistência procuraram se integrar, ser solidários uns com os outros, se unir, e a gente iniciou um processo de organização, que organização foi essa que nós conseguimos, na maioria mulheres né, com muita garra sem muita consciência de luta, mas levada pela necessidade de não mais morar em cortiços, de não pagar mais aluguel, até porque o que se ganhava não dava mais. A gente se estruturou em forma de comissão e levamos uma LUTA no PEITO e na RAÇA até conquistar alguns direitos."<sup>24</sup>*

Essa experiência de enfrentamento e superação cotidiana dos obstáculos existentes, que os impedia de ter acesso ao direito à moradia e às condições dignas de vida, rememoradas pelos sujeitos que a construiu adquiriu uma enorme relevância:

*"Uma das coisas que marcou né, assim, fora as outras, foi aquela luta do dia-a-dia, aquela pela sobrevivência, pela permanência nas casas né. A gente até querendo ajudar um que tava do outro lado prá entrar também, um conhecido né. E depois vem aquela BATALHA maior que era a permanência nas casas, lutar contra as autoridades.*

*(...)O que eu quero dizer é que foi muito gratificante, mas muito duro a gente chegar onde chegou."<sup>25</sup>*

Sob o pretexto de livrar o movimento comunitário das influências "políticas", foi criada por políticos ligados à Prefeitura Municipal a SAB das Malvinas, cuja finalidade real foi a de dividir os moradores, quebrar a resistência dos malvinenses e por a organização popular autônoma sob a influência do Estado. Na verdade, após a criação da SAB das Malvinas, a Prefeitura Municipal passou a prestar melhores serviços ao conjunto, o que não deixa de ter seu aspecto positivo, mas por outro lado, o movimento dos moradores pagou um alto preço que foi o da desarticulação. No entanto, não se pode atribuir o arrefecimento do movimento das Malvinas apenas às ações do Estado, devemos buscar também nas próprias divisões internas e no fato de que as conquistas obtidas podem ter contri-

---

24. Rivonise Lima Araújo.

25. Pedro Antônio dos Santos.

buido para desmobilizar a população. Este aspecto, contudo, não pode ser atribuído somente ao movimento dos moradores das Malvinas. Pudemos perceber, durante a pesquisa, que essa sensação é comum à maior parte das SAB's de Campina Grande, ou seja, os líderes de diversas SAB's atualmente têm feito referências a uma certa desmobilização dos moradores dos bairros, cujas motivações exigem uma reflexão bem mais profunda e que no momento escapa aos objetivos dessa monografia.

Apesar de todas as limitações e de uma certa inércia atual, os frutos da ocupação das Malvinas vão muito além da simples posse definitiva das casas e da conquista de melhorias para o Conjunto, como os próprios moradores atestam:

*"E como valeu a pena, você já pensou: eu sou um dos que estou invicto de pagar nenhum centavo à CEHAP e acredito que nunca vou pagar porque não tem sentido isso, pagar nada à CEHAP, porque esse conjunto nunca vai ser concluído mesmo, e quando for concluído é uma coisa que está tão superada que vamos criar novos movimentos políticos.*

*(...) E valeu a pena a cabeça que em mim se aperfeiçoou né.*

*Pra se ter uma idéia, o que me deixa também muito satisfeito né, pra mim as Malvinas foi a maior escola que eu já recebi na vida né. Eu acredito que pela cabeça que eu tenho, sem demagogia, nenhuma faculdade do mundo me daria na cabeça o que as Malvinas me deu em termos de luta né, de conscientização política, de movimento comunitário."<sup>26</sup>*

Do nosso ponto de vista, essa ocupação teve seus méritos em função também do que ela pode proporcionar em termos de mudança de atitude e de mentalidade dessa comunidade em relação aos problemas que enfrentavam. Podemos destacar uma coisa chamada "**consciência do direito**", que é fundamental para que se possa tomar iniciativa de levar adiante as transformações sociais de que a sociedade necessita, principalmente aquelas cuja iniciativa é tomada não pelas autoridades do Estado, mas sim pela própria população que sente, no cotidiano, a ausência dos direitos mais elementares à vida:

*"(...) Isso foi uma das melhores coisas que consegui foi atingir isso na minha cabeça né. E tanto que me entrosei no movimento que passei a contribuir. (...) Então isso valeu a pena, me parece. Até pra quem não entende que*

---

26. Elpídio Feitosa Justino.

*eu aderi a um movimento radical, mas não é nada disso, é que eu cheguei a ver o LADO DA VERDADE, cheguei a entender que muitos movimentos de esquerda falam né, que 'o povo unido jamais será vencido' né. Eu acredito."*<sup>27</sup>

É sobretudo o que ela carregou de significação com a ruptura na vida desses homens e mulheres que tiveram a coragem de romper com o medo e violar a propriedade e, posteriormente, perceber que eles também tinham direito à moradia, bem como todos os cidadãos. Daí vem toda uma experiência de luta marcada pelo sofrimento, que ficou indelevelmente registrada na memória popular, como pudemos perceber ao longo desse trabalho.

---

27. Elpídio Feitosa Justino.

## CONCLUSÃO

Mesmo que a ocupação das Malvinas não tenha trazido transformações radicais para a cidade como um todo, ela foi um episódio extremamente marcante para aquelas pessoas envolvidas diretamente num conflito entre o povo "sem-teto" e as autoridades do Estado, numa verdadeira guerra pelo controle de uma ilha de concreto que representava tudo para os que não tinham casa. Ainda assim, representou uma experiência considerada positiva para o movimento comunitário da cidade, como exemplo de resistência popular organizada; além disto, a ocupação das Malvinas pôde colocar a discussão a respeito do problema habitacional em Campina Grande, naquele momento, e expôs a maneira como os grupos políticos que estão ocupando o Estado se aproveitam dos recursos retirados dos salários dos trabalhadores em benefício de sua própria perpetuação enquanto vencedores. Da mesma forma, mostrou como os segmentos da população marginalizados economicamente, quando se organizam, conseguem, pelo menos, garantir minimamente aqueles direitos comuns a todos e desfrutados por poucos.

Infelizmente, as questões que motivaram a ocupação das Malvinas ainda permanecem.

A falta de condições para que os assalariados possam adquirir uma moradia faz parte do cotidiano das cidades brasileiras e tem se agravado a cada dia. Faz parte dessa mesma problemática a questão da expulsão das populações camponesas para as cidades (problema que também afeta seriamente Campina Grande, conforme se observou em pesquisas anteriores), como também o fato concreto da existência da especulação imobiliária que "empurra" os conjuntos habitacionais destinados à população de baixa-renda para a margem do perímetro urbano, valorizando os loteamentos particulares; todos esses fatores são motivos de grandes transtornos para os moradores. Eles então tiveram que lutar com todas as armas disponíveis, inclusive para conseguir a infra-estrutura básica que era bastante precária em função, dentre outros aspectos, da distância que os separava dos demais bairros da cidade que acaba por encarecer todas as obras destinadas aos assalariados. Isto quer dizer, em outras palavras, que os recursos dos trabalhadores são gastos também para valorizar as áreas estratégicas da cidade, cujos terrenos pertencem a grupos ligados às administrações públicas. É curioso perceber que até mesmo as reivindicações populares de certa forma lhes são benéficas, por mais contraditório que aparentemente possa parecer.

O objetivo dessa monografia, afinal, não era apontar a solução para o problema das carências urbanas, nem tampouco demonstrar que a experiência dos ocupantes das Malvinas deveria ser tomada como um modelo a ser seguido pela população "sem-teto" da cidade. Apenas concluímos que o processo de ocupação das Malvinas e de organização espontânea e coletiva de seus moradores foi como uma "explosão" de uma população da cidade para que se exercesse plenamente a cidadania, num momento histórico específico em que a cidade de Campina Grande atravessava uma grave crise sócio-econômica.

Por fim, consideramos que esse acontecimento pode ser encarado como uma herança de obstinação e resistência, onde o exercício da solidariedade marcou, de forma até então inédita em Campina Grande, o cotidiano dos homens e mulheres que o protagonizaram.

SOLIDARIEDADE  
&  
CONFLITOS, N?

## **FONTES PRIMARIAS**

Jornal Diário da Borborema (1983 - 1993)

Jornal da Paraíba (1983 - 1993)

Arquivo Particular de Rivosine Araújo Sobreira  
(1983 - 1988)

## **ENTREVISTAS**

Clóvis Barbosa de Lima

Lindalva Justino Silva

Marlene Lima Serafim

Pedro Antônio dos Santos

Severina Souza da Silva

Maria de Souza Farias

Elpídio Feitosa Justino

Maria da Guia

Rivonise Lima Araújo

Maria Lúcia Rodrigues dos Santos

José Gomes

Wanderlei Medeiros de Oliveira

## BIBLIOGRAFIA

- 01 - AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento Popular de Bairros: de Frente para o Estado em Busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- 02 - BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (org.) et alli. *A Política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais*, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.
- 03 - CARDOSO, Ruth C. L. *Movimentos Sociais Urbanos: Um Balanço Crítico*, in: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 04 - EVERS, Tilman. *Identidades: a Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais*, in: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1984.
- 05 - FARIA, Vilmar E. *Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil*, in: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1991.
- 06 - GAREIS, Maria da Guia Santos. *Movimentos Sociais Urbanos em Campina Grande*, in: *Anais do 6º Encontro de Ciências Sociais*, Recife, 1991.
- 07 - JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão Sobre a Literatura nos Anos 70 e 80*.
- 08 - KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade São Paulo: Passado e Presente*, São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- 09 - MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a Cultura Popular Revisitada*, São Paulo: Contexto, 1992.
- 10 - RAMALHO, José Rodorval. *Ocupações Urbanas: Construindo a Cidadania, O Caso da Ramadinha II, Malvinas e Vila dos Teimosos*, Campina Grande: UFPb, 1987. Projeto de Pesquisa apresentado na disciplina Estágio Supervisionado.
- 11 - SILVA, Eronildo Barbosa da. *A Origem do Movimento Comunitário em Campina Grande*, Campina Grande: UFPb, 1985. Monografia de Conclusão do Bacharelado em História.
- 12 - SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.) et alli. *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias étnicas e Outros Estudos*, Brasília AMPOCS, 1983.

- 13 - SILVA, Iranise Alves da. *A Crise da Moradia*, Campina Grande: UFPb, 1987.
- 14 - SPOSATI, Aldaísa. *A Vida Urbana e Gestão da Pobreza*, São Paulo: Cortez, 1988.
- 15 - TEIMOSIA POPULAR: *A Propósito da Luta pela Moradia em Campina Grande*, Campina Grande: CENTRAC, 1988.